



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1995.

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Artigo Único - Acrescenta dispositivo ao § 1º do art. 77 - Seção VII do Capítulo I do Título III da Constituição Estadual, conforme segue:

"V - não terem exercido, no período de cinco anos imediatamente anterior à nomeação, cargo de Secretário de Estado ou função correspondente ou equivalente à de Diretor ou Membro do Conselho de Administração ou do Conselho Curador de entidade da administração indireta ou fundacional do Estado".

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamento: Ricardo Chab, Irineu Colombo, Jocelito Canto, Nelson Tureck, Duílio Genari, Nelson Justus, Emerson Nerone, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Plauto Miró Guimarães, José Maria Ferreira, Edgard Bueno, Beto Richa, Edson Silva Lino, Nereu Alves de Moura, Luiz Carlos Alborghetti, Walmor Trentini, Toti Colaço, Milton Puppio, Cezar Silvestri, Sérgio Spada, Albanor Gomes, Geraldo Cartário, Edno Guimarães, César Seleme, João Tetchy, Doutor Rosinha e Eduardo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem por objetivo o aperfeiçoamento institucional do Tribunal de Contas. A propósito, a Constituição Estadual, ao dispor sobre os requisitos para nomeação de conselheiros e auditores preceitua em seu artigo 77:

"§ 1º - Os conselheiros e auditores de

Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Propõe-se agora a inclusão de requisito que estabeleça, como condição para habilitação ao cargo, que o candidato:

"V - não tenha exercido, no período de cinco anos imediatamente anterior à nomeação, cargo de Secretário de Estado ou função correspondente ou equivalente à de Diretor ou Membro do Conselho de Administração ou do Conselho Curador de Entidade da administração indireta ou fundacional do Estado".

A aprovação desta emenda significa, sem dúvida, fortalecer os atributos de independência e isenção, essenciais a um organismo da importância do Tribunal de Contas, que, por via de consequência, terá melhores condições de desempenhar suas funções constitucionais.

Além disso, a disposição acrescentada, além de aprimorar a sistemática vigente, previne constrangimentos ocasionados pelo modelo atual, que coloca para julgar atos da Administração Pública de um determinado período, pessoas que fizeram parte da mesma administração, ofuscando o brilho e minimizando a importância das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas.